

JORNALISMO, CIDADANIAS E DEMOCRACIAS SUSTENTÁVEIS NOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

CONGRESSO, 2 A 4 DE MARÇO DE 2022

// SESSÕES PARALELAS



JORNALISMO, CIDADANIA E DEMOCRACIAS SUSTENTÁVEIS NOS PAÍSES DE LÍNGUA PORTUGUESA

CONGRESSO, 2 A 4 DE MARÇO DE 2022

// SESSÕES PARALELAS

UMA INICIATIVA

acep 2



UNIVERSIDADE DE COIMBRA



CECS
centro de estudos
de comunicação
e sociedade

APOIO

CAMÕES
INSTITUTO
DA COOPERAÇÃO
E DA LÍNGUA
PORTUGAL
MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

ASSOCIADA

1290
FACULDADE DE LETRAS
UNIVERSIDADE DE
COIMBRA

TÍTULO

Jornalismo, Cidadania e Democracias Sustentáveis
nos Países de Língua Portuguesa
- Congresso, 2 a 4 de Março de 2022
Sessões paralelas

COORDENAÇÃO

ACEP/CEIS20/CECS

ORGANIZADORES

Carlos Camponez, CEIS20/UCoimbra
Madalena Oliveira, CECS/UMinho
Fátima Proença, ACEP
Ana Filipa Oliveira, ACEP

PAGINAÇÃO

Julie Peigné /ACEP

CAPA E CRIAÇÃO GRÁFICA

Ana Grave

FORMATO

eBook

DATA

Junho 2022

ISBN

978-989-8625-29-8

*Esta publicação foi elaborada com o apoio do Camões - Instituto da
Cooperação e da Língua. O conteúdo do mesmo é da responsabili-
dade exclusiva da organização promotora e em nenhum caso pode
considerar-se como reflectindo o ponto de vista do financiador.*

ÍNDICE

5 /	INTRODUÇÃO	69 /	PARTE 3 INTERVENÇÃO E COMUNIDADE
7 /	PARTE 1 JORNALISMO, INFORMAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL	70 /	WHATSAPP E ATIVISMO: UM GRUPO DE MULHERES FAZENDO GESTÃO SOCIAL NUMA FAVELA <i>Esther O. Bayerl</i>
8 /	REFLETIR O JORNALISMO PORTUGUÊS PERANTE AS NOVAS SITUAÇÕES DE VULNERABILIDADE <i>Bruno Frutuoso Costa</i>	81 /	COMO OS “DESCONECTADOS” SE COMUNICAM: COMUNICAÇÃO COMUNITÁRIA EM TEMPOS DE PANDEMIA NO BRASIL <i>Paulo Victor Melo</i>
20 /	DESERTOS DE NOTÍCIAS EM PORTUGAL E NO BRASIL: NOTAS CONTRA A SUBNOTIFICAÇÃO DE LOCAIS SEM JORNALISMO PRÓPRIO <i>Carlos Jael Silva</i>	90 /	“CULTIVAR A TERRA PARA PERTENCER À TERRA”: REFLEXÕES EMERGENTES ENTRE A ESCRITA JORNALÍSTICA E A VIDA PÚBLICA DA INVESTIGAÇÃO SOCIAL <i>Patrícia Ferreira e Sara Dias Oliveira</i>
33 /	PARTE 2 EDUCAÇÃO, LITERACIA E DIREITOS HUMANOS	101 /	PARTE 4 PRÁTICAS COMUNICACIONAIS E CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES
34 /	JORNALISMO, E-SPHERE E LITERACIA MEDIÁTICA: O IMPERATIVO DA VERIFICAÇÃO DE FACTOS NA ERA GLOBAL E DIGITAL <i>Paulo M. Barroso</i>	102 /	BRASIL MOOD: O DIVINO & MARAVILHOSO <i>Amina Bawa, Lúcia Alves de Carvalho e Raquel Mota</i>
46 /	DIREITOS HUMANOS EM CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO: PRÁTICAS PEDAGÓGICAS PARA UMA APRENDIZAGEM CIDADÃ <i>Bárbara Natália Lages Lobo</i>	114 /	NECROPOLÍTICA DOS LAZARENTOS: A DRAMATURGIA DO TELEJORNALISMO NA COBERTURA DE UMA “CAÇADA” <i>Evandro Medeiros Laia, Breno Motta, Gabriel Bhering e Gustavo Luiz Ribeiro</i>
57 /	VIOLÊNCIA DOMÉSTICA CONTRA AS MULHERES E VIOLAÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS: NARRATIVAS DE INVISIBILIDADE <i>Brenda Fernandes, Carla Cerqueira e Emília Araújo</i>	126 /	MEDIA E EDUCAÇÃO: CAMINHOS PARA A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE <i>Jane Mutsuque, Marlene Jamal e Moisés de Lemos Martins</i>

COMISSÃO ORGANIZADORA DO CONGRESSO

Ana Filipa Oliveira (ACEP)

Carlos Camponez (Ceis20/Universidade de Coimbra)

Fátima Proença (ACEP)

João Miranda (Ceis20/Universidade de Coimbra)

Madalena Oliveira (CECS/Universidade do Minho)

Maria Morais (ACEP)

COMISSÃO CIENTÍFICA DO CONGRESSO

Ana Filipa Oliveira / ACEP

Carlos Camponez / Universidade de Coimbra

Clara Almeida Santos / Universidade de Coimbra

Fátima Proença / ACEP

Luís António Santos / Universidade do Minho

João Miranda / Universidade de Coimbra

Madalena Oliveira / Universidade do Minho

Miguel Midões / Universidade de Coimbra

Rosa Cabecinhas / Universidade do Minho

“CULTIVAR A TERRA PARA PERTENCER À TERRA”: REFLEXÕES EMERGENTES ENTRE A ESCRITA JORNALÍSTICA E A VIDA PÚBLICA DA INVESTIGAÇÃO SOCIAL

Patrícia Ferreira, *Centro de Estudos Sociais / Universidade de Coimbra (Portugal)*

Sara Dias Oliveira, *Jornalista (Portugal)*

Resumo

No contexto do Congresso Internacional “Jornalismo, Cidadania e Democracias Sustentáveis” este texto propõe uma reflexão centrada nas histórias que escutamos e escrevemos e que cruzam temas relacionados com o “Desenvolvimento”. No centro desta colaboração esteve o desafio de conciliar olhares construídos a partir das ciências sociais e da experiência jornalística, numa história que teve o seu início num projeto de investigação-ação que colocou novas e complexas questões relacionadas com a criação de estratégias e práticas para enfrentar a insegurança alimentar, e com o cultivo em territórios “ilegais”.

Palavras-chave

jornalismo, ciências sociais, investigação-ação, insegurança alimentar

“Como falar de segurança alimentar em territórios com acesso limitado à água? Como conquistar a soberania alimentar em bairros excluídos socialmente num país que não se cansa de repetir como se deve comer? Onde estão as condições institucionais para colocar em prática uma alimentação saudável?”

(Em “Cultivar a terra para pertencer à terra”, *Público*,
27 de dezembro de 2015)

O presente artigo relata uma experiência de jornalismo em que partimos de uma colaboração entre o jornalismo e a investigação social que resultou na escrita, a quatro mãos, da reportagem “Cultivar a terra para pertencer à terra”, publicada a 27 de dezembro de 2015 na revista 2 do jornal *Público*, com o apoio da ACEP. Em oposição ao jornalismo que vive do imediato, do aqui e agora, e que se alimenta da atualidade, sem tempo e disponibilidade para mergulhar em assuntos que exigem fôlego e reflexão, esta reportagem alia-se à investigação social que acrescenta camadas cada vez mais necessárias ao jornalismo para contar histórias de vidas anónimas. Estas experiências são muitas vezes objeto de investigação e de discursos humanitários – sobre quem se fala –, mas não são escutadas nem reconhecidas na sua capacidade de expressão e de contar as suas próprias histórias.

Quisemos conhecer os mundos da alimentação, da saúde e da vida, bem como as histórias que indiciam sentidos diversos sobre o que constitui uma alimentação saudável a partir de diversos saberes e experiências. Propomos, ao longo deste texto, refletir sobre os desafios éticos, metodológicos e disciplinares que emergiram nos interstícios da escrita e da vontade de narrar histórias compostas de lutas pela dignidade e de respostas múltiplas a crises que têm significado para o momento presente e para o futuro.

CONTAR PARA COLOCAR ACIMA DO RADAR

“Dona Bemba, 12 filhos e 24 netos, conta o que planta na terra do Talude: milho, couve, feijão bongolon, ervilhas, favas em solos difíceis. O que planta vai para o prato. Nas Terras da Costa, uma cozinha comunitária, uma estrutura de madeira, que se tornou ponto de encontro dos cerca de 500 moradores, muitas crianças. Uma cozinha como pretexto para levar água canalizada ao bairro.”(Em “Cultivar a terra para pertencer à terra”, *Publico*, 27 de dezembro de 2015)

Em “Cultivar a terra para pertencer à terra”, experimentamos cruzar e sobrepor as fronteiras entre o jornalismo e a investigação social porque o jornalismo não pode alimentar-se apenas da atualidade e do que é mediático e diluir-se nessa rapidez. O mundo digital e as redes sociais alteraram a forma de consumir notícias e, conseqüentemente, a maneira de as fazer, de as escrever. Como dizia James Reston, antigo editor do jornal *The New York Times*, “as coisas não têm de ‘acontecer’ para ser notícia. Elas podem estar simplesmente a ter lugar discretamente”. No seu livro, escrito a quatro mãos, *Como falar com jornalistas sem ficar à beira de um ataque de nervos*, António Granado e José Vítor Malheiros, ambos os jornalistas, referem que “uma das funções mais importantes do jornalista consiste em dar-se conta e em relatar essas mutações sociais, políticas, económicas, científicas que vão lentamente alterando a forma de viver das pessoas” (Granado & Malheiros, 2001, p. 58), mantendo “uma visão independente sobre a ciência, fornecer argumentos para os debates, dar voz aos atores em cena de forma que estes possam iluminar as várias perspetivas. Desmistificar se possível, denunciar se necessário” (Granado & Malheiros, 2001, p.13).

Em 2015, estivemos em dois bairros “ilegais” na Área Metropolitana de Lisboa — o bairro do Talude em Loures e o bairro Terras da Costa na Costa da Caparica. Mais de mil pessoas viviam aqui sem saneamento básico e com acesso condicionado à água e à luz. Dois territórios analisados por investigadores que quiseram perceber o direito à habitação e as hortas estiveram no

centro das suas atenções. Ouvimos as histórias de moradores que lutam por melhores condições de vida, por uma melhor alimentação, por condições básicas, elementares. Gente de enxada na mão, gente sobretudo cabo-verdiana, que planta naquela terra, que nunca há de ser sua, os alimentos que lhe lembram a casa, as suas origens, o seu país. Histórias que merecem ser contadas, gente que vive abaixo do radar, realidades cheias de camadas.

As histórias narradas articulam problemas que não têm “evidência mediática” e que não são parte das “ecologias de evidências” que deveriam sustentar programas e políticas de saúde (Briggs, 2016). Dão-nos também pistas de como os conhecimentos e os mundos da alimentação, da saúde e da vida se co-produzem em contextos caracterizados por vulnerabilidade económica e social e a partir de conexões parciais entre diferentes lugares e temporalidades.

Esta reportagem quis dar a conhecer os esforços feitos por grupos vulneráveis para combater a insegurança alimentar a partir da valorização do território onde vivem, dos espaços por onde se movem, do direito à cidadania e da capacidade humana de colaborar na procura do bem-estar e de uma vida digna. O jornalismo alia-se, nesta reportagem, a uma investigação social que acrescenta e consolida camadas e dá densidade ao que se pretende contar e tornar público. As práticas jornalísticas trouxeram para a indagação social dimensões associadas com a visibilidade pública das experiências de quem vive os desafios. Nesse sentido, elas procuraram cruzar a alimentação, a saúde, a complexidade do “social”, o direito humano a uma alimentação saudável e adequada, e os programas e as orientações que produzem prescrições sobre o que é a saúde e uma vida saudável. As trocas de experiências, de olhares, de ângulos, de abordagens, de linguagens, de perspetivas, de sensibilidades, de pesquisas e procuras, de formas de ver a realidade criaram, assim, um compromisso mútuo de investigar e comunicar histórias compostas de diversidade, heterogeneidade e complexidade, participando na construção de conhecimentos que nutrem e densificam as lutas por um futuro não projetado por orientações do que se entende por “desenvolvimento”. Cultivar a terra para pertencer à terra, cultivar pelo direito à cidade, como possibilidade de aceder

a um espaço de liberdade em bairros que existem, mas que são praticamente invisíveis.

INVESTIGAR PARA CONTAR

De forma insurgente e exemplar, a investigação etnográfica de Nancy Scheper-Hughes sobre o submundo do tráfico global de órgãos, que permite aos hospitais da Europa, de Israel e dos EUA realizar as cirurgias de transplante de órgãos doados por pessoas pobres e que procuram meios de sobrevivência, sem deixar entrar as consequências éticas e morais das suas práticas nas salas de cirurgia, revela a pertinência das justaposições tecidas entre a investigação etnográfica, o jornalismo político, o ativismo, o interesse público e os direitos humanos para tornar este assunto público. A partir de um trabalho realizado ao longo de décadas, a autora problematiza os desafios metodológicos com os quais teve de lidar no acesso ao campo, as resistências disciplinares ao seu trabalho, os desafios éticos, a colaboração com jornalistas para marcar o espaço público (Scheper-Hughes, 2004; 2009). Entre as práticas de investigação e de construção de histórias, esta antropologia pública e militante aliada ao jornalismo dá-nos, como diz Nancy Scheper-Hughes, um “acesso rápido” a mundos em ruínas e a mundos em formação, tornando visíveis lutas e futuros pela solidariedade e pela equidade, e oferecem-nos possibilidades de tornar visíveis as “coisas” que não existiam antes do nosso envolvimento com a situação que acontece nas temporalidades do trabalho de investigação.

Esta forma de investigar, aberta ao mundo e aos seus problemas e que desafia as visões dominantes do mundo entre o Norte e o Sul Global com o intuito de o transformar, traz consigo desafios éticos e metodológicos que requerem uma reflexividade permanente sobre o encontro entre cientistas sociais e os seus públicos sejam comunidades, o “público em geral”, decisores políticos, jornalistas, ou mesmo dentro das universidades. Numa altura em que é pedido aos investigadores que tornem a ciência responsável e acessível aos seus públicos, não nos podemos esquecer que a ciência e a sociedade se co-produzem de forma colaborativa com e para os seus públicos.

Esta abordagem reflete o compromisso com a escuta e a atenção dedicadas às experiências invisíveis ou negligenciadas, que não integram as narrativas dominantes da ciência e de escrita de histórias, que contemplam as consequências dos contextos e das histórias e que desafiam os sistemas de opressão e as intervenções feitas sem a participação de quem mais é afetado. Esta forma de investigar e agir traz consigo desafios éticos e metodológicos que requerem uma reflexividade permanente, mas é também requisito de uma investigação relevante e envolvida com o mundo, que acontece quando cientistas sociais encontram os seus públicos.

As experiências de investigação colaborativa e de envolvimento entre a ciência e a sociedade em espaços partilhados nos quais emergem diferenças, mas também novas possibilidades, como refere Marisol De La Cadena (2017), contribuem para informar melhores descrições e melhores ações futuras que contemplem os aspetos sociais, culturais, éticos e políticos que intersejam a vida.

No centro desta colaboração esteve o desafio de conciliar um olhar construído a partir das ciências sociais e do jornalismo sobre o projeto BIOSENSE dedicado às hortas urbanas cultivadas por populações cabo-verdianas na Área Metropolitana de Lisboa. Neste projeto, investigadores, comunidades e associações estiveram envolvidos na criação de estratégias e práticas para promover a produção de alimentos, enfrentar a insegurança alimentar num território onde se lutava pelo direito à cidadania e a habitar um espaço urbano não legal aos olhos do Estado.

Quisemos escrever sobre as práticas relacionadas com a alimentação – nos seus aspetos nutricionais, culturais e sociais. Fizemo-lo enquanto expressão do direito humano a uma alimentação saudável e adequada numa reflexão percorrida entre políticas, programas e histórias das pessoas de territórios negligenciados, onde a pertinência da questão da terra e o cultivo das hortas é muito mais do que um esforço para aceder a uma alimentação saudável, numa visão global e local da saúde que é construída a partir de diversos saberes e experiências.

A alimentação saudável é aquela que é cultivada e cozinhada para si e

para os outros, é servida em refeições em espaços comuns, tem especificidades sociais e culturais e é física. A saúde que aqui é nutrida não se reflete apenas no cuidado individual proposto pela nutrição ou pelas orientações da promoção da saúde e das políticas de saúde: está ligada à terra, aos coletivos, ao lugar e a diferentes temporalidades.

Esta é também a história de um saber atento à construção de futuros melhores e de ações sensíveis aos aspetos sociais, culturais, éticos e políticos que intersejam a vida feita em encontros entre moradores, investigadores, ativistas, assistentes sociais, engenheiros, e tantos outros. Aqui, a produção de conhecimentos parte da relação com a existência, com a terra, com o território, com o cuidado de si e de todos. Trata-se de saberes compostos e tecidos por ecologias de práticas, que cuidam do que necessita de ser reparado (porque é causa de sofrimento), e das possibilidades que se produzem a partir de histórias que são parte do mundo globalizado e que precisam de respostas heterogêneas para os seus problemas, sempre partindo de práticas de investigação colaborativas e não extrativistas. Este cuidado processual e relacional com a alimentação e a saúde não produz apenas sujeitos solitários inseridos num contexto social e histórico.

Assumimos uma lógica de querer conhecer os mundos da alimentação, da saúde e da vida co-produzidas em contextos vulneráveis. As histórias das pessoas de territórios negligenciados e vulneráveis indiciam respostas diversas sobre o que constitui uma alimentação saudável, dissolvem algumas dissonâncias prescritivas e disciplinares que definem a boa/má alimentação e conceptualizam a saúde a partir de diversos saberes e experiências. A atenção por estas histórias tornou visíveis os problemas sobre os quais a investigação se debruça, mas que também não chega para resolver:

- os vínculos gerados com as hortas apesar da falta de acesso às infraestruturas básicas para a sua manutenção e melhoramento;
- o cuidado da terra por pessoas que nela trabalham há décadas, apesar da instabilidade sobre a permanência e garantia de posse dos terrenos cultivados e da falta de acesso à água;

- a possibilidade de garantir algum alimento para a família, a redução de custos com alimentação face à situação de pobreza;
- a diminuição do stress face os constrangimentos da própria insegurança da situação habitacional;
- a falta de documentação e certificação que facilite a comercialização formal dos produtos cultivados;
- a ausência de recursos financeiros para investir na melhoria das práticas de cultivo e acesso à tecnologia.

As práticas de alimentação – nos seus aspetos nutricionais, culturais e sociais e enquanto expressão do direito humano a uma alimentação saudável e adequada – serviram assim de tema e de modo de envolvimento numa reflexão urgente e rigorosa sobre o humanitarismo e o desenvolvimento, uma reflexão percorrida entre as políticas e as histórias das pessoas que vivem os e com os problemas, sobre o Direito Humano à Alimentação, e os objetivos de Desenvolvimento Sustentável da Agenda 2030.

As trocas de experiências, de olhares, de ângulos, de abordagens, de linguagens, de perspetivas, de sensibilidades, de pesquisas e procuras, de formas de ver a realidade criaram, nesta colaboração, um compromisso mútuo de investigar e de comunicar histórias compostas de diversidade, heterogeneidade e complexidade, participando na construção de conhecimentos e de estratégias de comunicação a partir dos lugares onde os problemas e as lutam se encontram. Estes são lugares de histórias compostas de diversidade, heterogeneidade e complexidade, tecidas por ecologias de práticas que nutrem e densificam as lutas por um futuro não projetado pela saúde global ou pelas orientações do que é entendido como desenvolvimento de forma hegemónica. São lugares marcados por ‘ecologias do talvez’, como diz Martin Savransky (2020), e de futuros cheios de outras palavras, histórias, possibilidades e ontologias.

Talvez estas dimensões do desenvolvimento possam ser reforçadas através da forma como falamos delas, como as categorizamos, das palavras que usamos para lhes dar existência, das noções de saúde que advêm destas práticas e dos dispositivos de comunicação que as levam a outros espaços e existências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Briggs, C. L. (2016). Ecologies of evidence in a mysterious epidemic. *Medicine Anthropology Theory*, 3(2), 149-162. <https://doi.org/10.17157/mat.3.2.430>
- Cadena, M. de la (2017). Matters of method; Or, why method matters toward a not only colonial anthropology. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, 7(2), 1-10. <https://doi.org/10.14318/hau7.2.002>
- Granado, A., & Malheiros, V. (2001). *Como falar com jornalistas sem ficar à beira de um ataque de nervos*. Gradiva.
- Savransky, M. (2020). After progress: Notes for an ecology of perhaps. *Ephemera: Theory & Politics in Organization*, 21(1), 267-281.
- Scheper-Hughes, N. (2004). Parts unknown: Undercover ethnography of the organs-trafficking underworld. *Ethnography*, 5(1), 29-73. <https://doi.org/10.1177/1466138104041588>
- Scheper-Hughes, N. (2009). Making anthropology public. *Anthropology Today*, 25(4), 1-3. <https://doi.org/10.1111/j.1467-8322.2009.00674.x>